



Universidade de Brasília

Instituto de Ciência Política

Estratégias de Engajamento Parlamentar da Nova Direita na Câmara dos Deputados

Camila Ataíde de Figueiredo Beda

Brasília – DF

Julho/2022



Universidade de Brasília

Instituto de Ciência Política

Estratégias de Engajamento Parlamentar da Nova Direita na Câmara dos Deputados

Camila Ataíde de Figueiredo Beda

Monografia apresentada ao Curso de Ciência Política, do Instituto de Ciência Política, Universidade de Brasília, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharela em Ciência Política sob a orientação do professor André Borges de Carvalho.

Brasília – DF

Julho 2022

Banca Examinadora

Orientador: André Borges de Carvalho

Parecerista: Arnaldo Mauerberg Junior

Agradecimentos

Após a finalização deste trabalho me sinto muito grata por todos aqueles que tornaram a sua realização possível. Primeiramente, gostaria de agradecer a minha mãe por sempre acreditar em mim e por sempre incentivar meus estudos. Agradeço também minha irma por sempre ser uma inspiração e minha sobrinha Madalena por sempre proporcionar alegria por onde passa. Agradeço ao meu pai, in memoriam, por sempre ter me ensinado a importância de estudar e ter me criado com muito amor. Agradeço aos meus avós por serem o pilar dessa família.

Gostaria de estender os agradecimentos ao meu orientador André Borges por me ajudar com a sua visão técnica e seu conhecimento sobre o tema e o parecerista Arnaldo Mauerberg Junior por aceitar o convite para realizar o parecer para este TCC.

Meus sinceros agradecimentos a todos.

Camila Beda

Resumo

Este artigo pretende analisar como a nova direita, evangélica e antipolítica, se diferencia da direita tradicional.

A hipótese central que se deseja comprovar é que a direita tradicional está mais ligada às políticas distributivistas enquanto a nova direita possui uma identidade ideológica mais clara, fazendo mais uso de tomada de posição do que de recursos para suas bases (*pork-barrel*).

Para testar as hipóteses, o estudo utilizou o *Survey* da PELA (Parliamentary Elites in Latin America) realizado com deputados brasileiros em 2019 conduzido pelo Centro de Estudos Legislativos da UFMG e o programa PSPP para a efetiva análise dos dados.

Palavras-chaves: Pork-barrel, position take, intermediação de demandas/case work, partidarismo, personalismo, nova direita

Abstract

This article aims to analyze how the new right, evangelical and anti-political, differs from the traditional right.

The central hypothesis to be tested is that the traditional right is more attached to distributivist policies while the new right has a clearer ideological identity, making more use of position-taking than appeals to its bases (pork-barrel).

To test the hypotheses, the study used the PELA Survey (Parliamentary Elites in Latin America) conducted with Brazilian deputies in 2019 by the Center for Legislative Studies of UFMG and the PSPP program for the effective analysis of the data.

Keywords: Pork barrel, position take, case work, partisanship, personalism, new right

Lista de Siglas e Abreviaturas

AD – Assembleia de Deus

ARENA – Aliança Renovadora Nacional

BBB – Bíblia, Boi e Bala

IURD – Igreja Universal do Reino de Deus

LGBTQIA+ – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Queer, Intersexuais, Assexuais

MBL – Movimento Brasil Livre

MDB – Movimento Democrático Brasileiro

PDS – Partido Democrático Social

PELA – Parliamentary Elites in Latin America

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PP – Progressistas

PSD – Partido Social Democrático

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira

PSL – Partido Social Liberal

PT – Partido dos Trabalhadores

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

STF – Supremo Tribunal Federal

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

Lista de Tabelas

Tabela 1	32
Tabela 2	33
Tabela 3	34
Tabela 4	35
Tabela 5	35
Tabela 6	36
Tabela 7	37
Tabela 8	38
Tabela 9	38
Tabela 10	39

Sumário

1. Introdução.....	10
1.1 Contextualização do Tema.....	10
1.2 Objetivo.....	12
1.3 Metodologia	12
2. Estratégias de Engajamento Parlamentar	14
3. Partidarismo e Engajamento Parlamentar	19
4. Direita Tradicional e Nova Direita	22
4.1 Estratégias de Reinvenção	23
4.2 A Nova Direita no Brasil.....	26
4.3 A Direita Evangélica	27
4.4 A Direita Antipolítica.....	28
5. Resultados	30
6. Conclusão	40

1. Introdução

1.1. Contextualização do tema

Evidencia-se na literatura de estratégias de engajamento parlamentar que o parlamentar pode recorrer a algumas estratégias para angariar uma maior quantidade de votos do seu eleitorado, ter uma maior aceitação pelos mesmos, obter poder nas instituições e implementar boas políticas públicas. Ele precisa fazer escolhas sobre quais atividades legislativas ele deve priorizar tendo em vista que cada atividade é um investimento de recurso, tempo e atenção e, assim, ele deve tomar a decisão de focar na atividade que mais lhe der retorno eleitoral e poder institucional. Mesmo podendo ter a prerrogativa de utilizar todas as estratégias ele deve decidir em qual focalizar maior energia dependendo do perfil do seu eleitorado e do seu perfil mais personalista ou mais partidário. A escolha das atividades não depende apenas da ambição política do deputado, mas também daquilo que torna as escolhas possíveis que são a configuração da sua base eleitoral (INÁCIO, 2011), (MAYHEM, 2005).

As escolhas sobre o que priorizar também são afetadas pela conjuntura institucional da relação entre o Executivo e Legislativo. A partir dessa relação produz-se incentivos ambivalentes, tanto no sentido de uma atuação mais personalista quanto no sentido de uma atuação mais partidária. Possuir um perfil ou o outro moldará o tipo de estratégia escolhida por cada parlamentar. O modelo eleitoral brasileiro baseado na lista aberta proporcional assim como o federalismo gera incentivos para um perfil mais personalista, enquanto o presidencialismo de coalizão que proporciona amplos poderes legislativos ao presidente, mas que não detém uma maioria gera incentivos partidários visto que o líder partidário mediará a relação com o executivo de forma a conseguir emendas, cargos em comissão em troca da aprovação da agenda do presidente. Além disso, os partidos que entram na coalizão tendem a ser beneficiados com ministérios e atuação em políticas públicas como consequência da sua participação no bloco do governo no intuito de gerar uma maioria para o presidente (INÁCIO, 2011), (LIMONGI, FIGUEIREDO, 2017).

Dentre os poderes legislativos que o presidente encontra para fazer presente a sua agenda encontram-se o poder de veto, o poder de criar medidas provisórias as quais têm

efeito de lei e a distribuição de emendas orçamentárias para os parlamentares. Dessa forma, esses poderes produzem incentivos à reputação partidária, pois aqueles que seguirem com a fidelidade partidária tenderão a ser mais beneficiados pelo executivo e por suas respectivas lideranças partidárias que mediam a relação entre os deputados e o presidente. A partir dessa percepção dos partidos como capazes de moldar as estratégias parlamentares faz-se preciso analisar como se dá o comportamento partidário nos quadros da esquerda e da direita e agora na nova direita (BORGES, ALBALA, 2021), (LIMONGI, FIGUEIREDO, 2017).

Assim o parlamentar possui algumas estratégias as quais ele pode fazer uso que serão evidenciadas neste artigo. Para isso, ele pode utilizar-se de estratégias de *pork Barrel*, dentre as quais esse artigo considera garantir emendas ao orçamento à sua zona eleitoral, realização de políticas públicas as quais o parlamentar poderá ganhar créditos pela sua execução (*credit-claiming*). O parlamentar também pode utilizar-se de estratégias voltadas a tomada de posição (*position take*), também chamado de ativismo legislativo, dentre as quais serão aqui trabalhadas a elaboração de projetos de lei, o discurso em comissão ou em Plenário de forma a engajar seu respectivo eleitorado, a elaboração de emendas aos projetos de lei e a frequência que seus eleitores exigem seu posicionamento sobre alguma pauta de interesse e sobre políticas sociais de abrangência nacional. O terceiro tipo de estratégia considerada neste trabalho é a intermediação de demanda do seu eleitorado, essa intermediação pode ocorrer por meio da intermediação de demanda frente à burocracia pública, tratar de demandas de grupos de interesse ou de setores sociais, atender ou encaminhar pleitos dos seus eleitores. Assim, de maneira geral, os parlamentares fazem uso de três tipos de engajamento parlamentar: (1) *Pork Barrel*, (2) *Position Take* e (3) Intermediação de Demanda/ *Case Work*.

Ademais, diante de diversas estratégias, como os parlamentares devem escolher a sua forma de atuação? Qual deve ser sua prioridade de ação de forma a refletir em um retorno eleitoral a partir do seu perfil e de seus eleitores? A literatura sobre o tema traça que os parlamentares de direita tenderiam a utilizar mais estratégias de *pork barrel* por dependerem mais do uso do aparato estatal para a sua reeleição e por não terem eleitores tão programáticos quanto a esquerda. A esquerda por sua vez faria uso de estratégias de *position take* de forma a gerar uma maior identificação com o eleitorado por meio de pautas caras a estes. Essa identificação ocorre por meio da elaboração de projetos de lei com pautas identitárias, o uso do discurso e o uso de emendas para alterar projetos de lei

que não possuam uma posição ideológica que vá de encontro com os seus eleitores e principalmente a tomada de posição sobre temas caros aos eleitores. Já a intermediação de demanda estaria mais associada com o controle de postos ministeriais pelo partido, pois assim com o controle do Ministério o parlamentar teria uma maior facilidade para intermediar as demandas dos eleitores junto com a burocracia pública.

Porém, a partir das jornadas de junho de 2013, e o progressivo aparecimento da nova direita, sendo aqui dividida entre a direita evangélica e a direita antipolítica, a atuação de parte da direita passa a se aproximar com as estratégias de engajamento voltadas à tomada de posição, portanto estratégias mais ideológicas e programáticas e não tanto clientelistas.

Assim, o objetivo deste trabalho é verificar a hipótese da nova direita, sobretudo da direita antipolítica, que é o foco deste trabalho, utilizar-se de estratégias mais voltadas à tomada de posição, diferenciando-se da direita tradicional que prioriza as estratégias de *pork barrel*, e se as diferentes escolhas de atividades parlamentares refletem em diferentes estratégias de engajamento parlamentar. O segundo objetivo é verificar como a intermediação de demanda se relaciona entre os campos da esquerda, da direita e da nova direita. Assim a pergunta central deste trabalho é como a nova direita se diferencia da direita tradicional a partir das estratégias de engajamento parlamentar

Ademais, tendo em vista que os partidos legislativos são agentes capazes de moldar as estratégias parlamentares, esse trabalho também se questiona como se dá o perfil partidário dos espectros, a esquerda, a direita e a nova direita e se o perfil partidário influencia o tipo de engajamento parlamentar pois de acordo com a literatura o esperado é que os espectros mais programáticos que se importam mais com o ativismo legislativo deveriam ter um foco maior na reputação partidária.

1.2. Objetivo

Essas perguntas se fazem necessárias pois com a ascensão da nova direita e do bolsonarismo, inicializados por meio dos fenômenos como as jornadas de junho de 2013, a operação lava-jato e o *impeachment* de Dilma Rousseff, foi percebido que a direita utilizava-se de mobilizações de rua, estratégia que era marcadamente da esquerda, e que a direita passou a utilizar de temas transversais às classes sociais como a questão da desigualdade para temas religiosos e culturais como as questões do aborto, do porte de armas, do casamento LGBTQIA+ de forma a coaptar eleitores tanto nas classes altas

quanto nas classes mais pobres. O presente trabalho pretende verificar a partir da análise de dados se isso de fato ocorreu e, assim analisar como a nova direita, evangélica e antipolítica, se diferencia da direita tradicional.

1.3. Metodologia

O presente trabalho utilizou as seguintes perguntas do *Survey* da PELA (Parliamentary Elites in Latin America) realizado com deputados brasileiros em 2019 conduzido pelo Centro de Estudos Legislativos da UFMG para operacionalizar as variáveis:

Pergunta 1 - Durante sua atividade parlamentar, a qual dos seguintes aspectos o(a) Sr(a). dá maior importância em 1º lugar

Pergunta 2 - Durante sua atividade parlamentar, a qual dos seguintes aspectos o(a) Sr(a). dá maior importância em 2º lugar

Possíveis Respostas:

1. Participar do processo de elaboração das leis gerais do país,
2. Controlar a atuação do governo,
3. Defender as posições do seu partido,
4. Representar os interesses do seu estado,
5. Representar os interesses do setor social ao qual é vinculado
6. Garantir emendas ao orçamento para sua região.

Dentre esse primeiro bloco de perguntas as respostas de 1 a 3 são relacionadas com atividades de tomada de posição e as de 4 a 6 são relacionadas com atividades de *pork barrel* e políticas distributivas de forma a garantir *credit claiming*

Já o segundo bloco de perguntas são:

Pergunta 3 - Com que Frequência o Senhor tem apresentado um projeto de lei;

Pergunta 4 - Com que Frequência o Senhor tem apresentado emendas ao projetos de lei;

Pergunta 5 - Com que Frequência o Senhor tem feito uso da palavra na Casa Legislativa;

Pergunta 6 - Com que Frequência o Senhor tem atendido ou encaminhado pleitos dos seus eleitores;

Pergunta 7 - Com que frequência o Senhor trata de emendas de prefeitos da sua região;

Pergunta 8 - Com que frequência o senhor tem tratado de demandas de grupos de interesse e/ou setores sociais com os quais tem afinidade

Dentre o segundo bloco de perguntas as perguntas de 4 a 5 são relacionadas às atividades de tomada de posição, a pergunta 6 e 8 relacionada às atividades de intermediação de demandas e a pergunta 7 é relacionada a atividade de *pork barrel*

Para obter as análises almejadas utilizou-se as variáveis de tomada de posição, como participar do processo de elaboração das leis gerais do país, controlar a atuação do governo, defender as posições de seu partido e as variáveis de políticas paroquiais como representar os interesses do seu estado, representar os interesses do setor social ao qual é vinculado, garantir emendas ao orçamento para sua região, para saber a qual delas o parlamentar atribuiu uma maior relevância na sua atuação e no seu engajamento parlamentar. As três primeiras variáveis estão associadas às estratégias de tomadas de posição, estratégias mais ideológicas enquanto as três últimas estão associadas às estratégias de políticas distributivistas e de captação de recursos para as bases eleitorais.

2. Estratégias de Engajamento Parlamentar

Os parlamentares precisam decidir como investir seu tempo e energia no Congresso visando um maior retorno eleitoral, para isso eles fazem uso de estratégias de engajamento parlamentar no intuito de obter o melhor resultado eleitoral possível. Dentre as alternativas de engajamento parlamentar, o político, dependendo do seu tipo de atuação, prioriza umas em detrimento de outras. O foco aqui, portanto, é a conexão entre o que os parlamentares realizam no exercício do cargo e o que eles precisam para serem reeleitos. Mayhem observa que o engajamento parlamentar reflete as estratégias para formar e manter coalizões eleitorais (MAYHEM, 2005).

Assim, as estratégias de engajamento parlamentar mais utilizadas são as políticas distributivas como o *pork barrel*, *case-work*, *credit-claiming*, a tomada de posição ou

position take e a publicização do mandato. O presente artigo pretende separar essas tipologias a partir do seu foco mais programático, relacionando-se a tomada de posição ou mais clientelista, relacionando-se às políticas distributivas e a partir da intermediação de demandas relacionando-se ao *casework*. A partir dessa conceitualização, evidenciará como, historicamente, o engajamento parlamentar da direita tradicional está mais relacionado às políticas distributivas priorizando o *pork barrel* e em contrapartida, a esquerda está mais relacionada a engajamentos parlamentares mais ideológicos e portanto, priorizando o *position take* como sua principal estratégia.

Portanto, faz-se necessário traçar a conceitualização de *pork barrel* que está associado à distribuição de recursos para um reduto eleitoral, assim os benefícios ficariam concentrados no local no qual o parlamentar obteve mais votos. Tendo em vista que o principal objetivo de um político é a sua reeleição e que para que essa ocorra ele passa por um processo de *accountability* em relação ao seus feitos durante o mandato buscar o crédito pela realização de uma determinada política pública (*credit claiming*) entraria como uma das principais estratégias de reeleição. O *credit claiming*, assim, consiste em gerar uma crença em um grupo de atores que há uma pessoa responsável por fazer algo considerável e desejável por esses atores. A lógica por trás desse pensamento é que se os atores acham que um político é responsável por medidas que os interessam eles tenderão a querer manter esse político no gabinete. A ênfase aqui, portanto, são de conquistas individuais (MAYHEW, 2005).

Outro fato que deve ser considerado é que o crédito pode ser emplacado nas ações do governo como um todo. Assim os parlamentares têm que ressaltar quais foram as conquistas pelas quais eles tiveram responsabilidade, para que essas não sejam confundidas com as conquistas do governo vigente (MAYHEW, 2005). Percebeu-se, também, que os políticos focalizam suas ações do tipo *pork barrel* em distritos com uma menor competição eleitoral pois a atribuição e reconhecimento do parlamentar pelo feito de determinada política pública é maior. Porém, como ressalta Barry Ames, as políticas de tipo *pork barrel*, apesar de serem muito criticadas na literatura por serem práticas clientelistas, são, muitas vezes, a única forma da chegada de recursos e da realização de políticas públicas em localidades mais pobres (Ames, 2011).

Ademais, Ames busca trazer uma perspectiva da demanda de forma a evidenciar como as preferências dos eleitores afetam a oferta de políticas distributivas. Ele evidencia que muitas vezes essas políticas clientelistas trazem mais retorno do que o investimento

em bens públicos, pois diminuem os riscos e maximizam os retornos eleitorais já que possuem benefícios concentrados e custos difusos (Ames, 2011).

Assim, por meio da realização das demandas do eleitorado ou da falta delas, as políticas de *pork barrel* podem ser um mecanismo de *accountability*. Portanto, a execução das políticas necessárias pela população e a percepção da necessidade destas pelos políticos demonstra o funcionamento da democracia de forma representativa (Ames, 2011). Outro ponto importante é a geografia do eleitorado. Assim, as propriedades de benefícios particulares são altamente especificadas para não excluir a possibilidade de beneficiar outras zonas eleitorais nas quais o parlamentar não ganhe seu reconhecimento pelas obras realizadas. (MAYHEW, 2005). Os resultados da pesquisa realizada por Barry Ames comprovaram que as localidades mais pobres apresentam um maior interesse em políticas de tipo *pork barrel* visando mudar a realidade desses eleitores (Ames, 2011).

Ademais, diferentes segmentos do eleitorado demandam diferentes tipos de benefício. Assim, cada gabinete parlamentar tem profissionais para lidar com a burocracia e realizar os desejos do seu público alvo. Quando as políticas são mais particularistas, o deputado coloca a maior parte do staff do gabinete no seu reduto eleitoral, e quando ele foca em tomada de posição a maior parte do gabinete estará no Congresso (MAYHEW, 2005).

A partir da definição de Barry Ames das bases eleitorais como círculos concêntricos que se expandem a partir do núcleo, o político tende a conhecer as vontades e necessidades dos eleitores mais próximos a ele, como os investidores de campanha e aqueles que trabalham em sua campanha (Ames, 2011). Porém quanto mais se afasta do núcleo do círculo mais dificuldade tem os parlamentares de saber os desejos dos seus eleitores e por isso diversificam as suas atividades buscando agradar um maior número de eleitores realizando assim, políticas clientelistas, lobby, programas, projetos legislativos entre outros (Ames, 2011). Assim o político deve fazer uso de uma gama de estratégias parlamentares para conseguir agradar de forma mais ampla o público e isso ser revertido em uma maior força eleitoral. Em sua análise, foi percebido que a população tem preferência, também, por políticas de tipo *pork barrel* em detrimento de projetos de lei nacional ou de ajuda individual constatado pela *survey* (Ames, 2011).

Para os parlamentares, o maior retorno eleitoral, está relacionado com as atividades feitas nos municípios, como as visitas e distribuição de emendas. Já as piores

estratégias são avaliadas como sendo o trabalho interno no Congresso e o investimento em carreira em Brasília (Ames, 2011).

Ademais, as estratégias voltadas ao reconhecimento pela realização de políticas públicas estão voltadas às tipologias que colocam um maior papel na arena eleitoral do que na legislativa, assim o parlamentar teria um perfil mais personalista. Esse perfil, tende a ter uma crença de que as suas ações resultam no seu ganho eleitoral e não nas ações em concordância com os partidos ou a disciplina partidária.

A partir da utilização de uma survey aplicada com os deputados da legislatura de 1999-2003, Nelson Rojas de Carvalho tenta traçar a relevância da fidelidade partidária comparada aos benefícios particularistas. Os entrevistados, diferentemente do que era percebido nas votações e na pressuposta fidelidade partidária, mostram que o valor informacional das siglas partidárias é negligenciado pelos mesmos. Mostrou-se também a importância de políticas particularistas. Assim, seguindo somente a atitude manifesta, o sistema distributivista explicaria os incentivos dos parlamentares e a lógica operacional do legislativo (CARVALHO, 2003).

Porém, na segunda seção do texto o autor mostra evidências opostas mostrando o modelo partidário enquanto referência de atitude manifesta para os parlamentares, havendo resultados diferentes entre os blocos parlamentares de centro, centro-direita e de esquerda (CARVALHO, 2003).

Inácio mostra, diferentemente do que era abordado na literatura, como a estratégia de intermediação de demandas dos eleitores na burocracia pública não é uma estratégia particularista ou personalista, mas sim que, por meio de suas análises, é uma das estratégias mais utilizadas por parlamentares com perfil partidário e principalmente aqueles que ocupam a coalizão do governo (INÁCIO, 2011).

Em contrapartida, as estratégias de tomada de posição ou *position take* estão voltadas para o posicionamento do parlamentar de acordo com o seu público não tendo portanto o foco de reivindicar a realização de determinada política pública, mas sim de se posicionar por meio de discursos, pela realização de projetos de lei, pautas relevantes para o seu eleitorado, portanto é uma estratégia mais ideológica e programática. Os parlamentares que seguem essa visão tendem a colocar uma maior força na arena parlamentar e veem bastante força no comportamento partidário, atribuindo ao partido os seus méritos. A esquerda sempre esteve muito associada a esse tipo de estratégia, porém

esse artigo irá evidenciar o surgimento de uma nova direita, uma direita ideológica que tem como principal estratégia de engajamento parlamentar não mais as políticas distributivas e o credit-claiming, mas sim a tomada de posição.

Mayhew traz o conceito de *position-taking* definido pelo foco no posicionamento sendo este posicionamento coerente com o público e com seu reduto eleitoral, a posição é a commodity política. (MAYHEW, 2005).

Outro fato que se faz necessário ser analisado é a variação da escolha de estratégia parlamentar *pork barrel* ou *position taking* a partir do espectro do partido político sendo esse de esquerda ou de direita. A variação da preferência por *pork barrel* em diferentes partidos políticos, como analisada por Ames, é verdadeira sendo partidos de esquerda mais demandantes de políticas de cunho nacional do que de políticas distributivistas. Porém ao analisar o Partido dos trabalhadores, demonstrou-se, que o apoio aos projetos nacionais diminuiu em 2006 quando estavam no governo, mostrando que a escolha de políticas distributivas não se relaciona apenas à ideologia, mas principalmente, com o fato do partido ocupar ou não o governo, já que o Executivo detém o monopólio das ferramentas de patronagem e de relações clientelistas (Ames, 2011).

Contudo, há uma diferença entre parlamentares de esquerda e de direita, os últimos acreditam que seus próprios esforços os fazem sobreviver politicamente enquanto os parlamentares de esquerda têm uma menor probabilidade de afirmar que conferem seu sucesso eleitoral aos próprios esforços diferenciando os deputados mais no discurso que na prática. Os membros de partido de esquerda são mais procurados por questões programáticas, acerca de votações no Congresso do que os de direita (Ames, 2011).

Na esquerda, observou-se menor grau de personalização dos mandatos e maior valorização da atividade legislativa com atividades mais ligadas à tomada de posição do que créditos por políticas públicas implementadas. Já nos últimos observou-se mandatos mais personalizados ligados às políticas distributivistas (CARVALHO, 2003).

Assim, pode se demonstrar que alguns deputados seriam mais suscetíveis a desembolsar emendas orçamentárias individuais para a cidade do que aqueles que são eleitos com a demanda de elaborar projetos de interesse nacional. Ademais, ao contrário do que Mayhew afirma, os representantes sabem o que os eleitores desejam e percebem que as demandas do eleitorado são, muitas vezes, clientelistas (Ames, 2011).

Os parlamentares competitivos são aqueles que possuem recursos que possam ser transformados em votos como por exemplo dinheiro, discursos persuasivos, organização de campanha, entre outros fatores (MAYHEW, 2005). Uma das vantagens possuídas pelos deputados em exercício é que eles são mais conhecidos pelos eleitores do que aqueles que começam a disputar as eleições pela primeira vez. Eles possuem afazeres rotineiros para serem mais conhecidos como as contínuas visitas ao eleitorado. A publicidade é muito importante para a atividade parlamentar. Essa consiste muito mais do que a propaganda eleitoral, entrevistas dadas pelo parlamentar também entram na categoria de publicização ou *advertising*, assim como a divulgação das suas atividades no geral. Sempre tem novos eleitores para mostrar o valor do seu trabalho e relembrar aos antigos eleitores (MAYHEW, 2005).

A tendência de políticas localistas está mais associada com o fato do partido como o governo ou não, apesar disso, mesmo nos governos petistas, observou-se um uso maior de políticas de patronagem do que de *pork barrel* tendo em vista a suas votações concentradas e compartilhadas que não proporcionariam uma facilidade de identificação da política pública (Ames, 2011). Em relação aos partidos, a alocação de políticas localistas é mais comum nos partidos de direita que fazem mais uso dos recursos da máquina pública e são menos ideológicos (Ames, 2011). Esse diagnóstico, porém, está desatualizado sendo o objetivo desta pesquisa atualizá-lo a partir da emergência de uma direita mais ideológica, a nova direita.

3. Partidarismo e Engajamento Parlamentar

O arranjo institucional brasileiro e a consequente relação entre executivo e legislativo geram incentivos ambivalentes de forma a moldar o comportamento parlamentar. Dessa forma, esses incentivos podem tanto proporcionar um perfil mais personalista quanto um perfil mais partidário de um parlamentar. O presidencialismo de coalizão, os poderes de legislar que o presidente detém geram incentivos na ordem de se preocupar com a sua reputação partidária pelo parlamentar e moldar suas estratégias a partir desta, já o sistema proporcional de lista aberta e o federalismo geram incentivos na ordem de se preocupar com a reputação individual e moldar suas estratégias a partir desta.

Assim como mostra Pereira, apesar da divisão da literatura configurada naqueles que viam o sistema político como descentralizado dando uma maior importância à arena eleitoral e sua influência no comportamento na arena legislativa (*two arena model*) ou

seja nos incentivos a uma atuação de cunho mais personalista e naqueles que viam o sistema político como centralizado sendo um modelo de *one arena model* de forma que os elos entre as arenas seriam extremamente fracos, perfil mais partidário, Pereira traz uma abordagem que condensa as duas forças antagônicas (PEREIRA, MULLER, 2003).

O sistema brasileiro, portanto, seria marcado pelo equilíbrio advindo dos incentivos paradoxais para comportamentos individuais e para comportamentos partidários. Na arena eleitoral, o sistema proporcional de lista aberta, o multipartidarismo associado ao federalismo traria incentivos de ordem personalista para atuação dos parlamentares. Enquanto a arena legislativa, marcada pelas regras internas do processo legislativo, os poderes constitucionais do presidente de legislar e distribuir recursos gerariam incentivos de cooperação partidária visto que o parlamentar visaria ganhar os benefícios que as lideranças podem proporcionar, como indicação em alguma comissão, liberação de emendas através do diálogo entre líderes e executivo (PEREIRA, MULLER, 2003).

Ademais, Baião, Couto e Jucá demonstram que as prerrogativas constitucionais que ajudam na governabilidade do presidente, os instrumentos presidenciais para a gerência de coalizões, e as atribuições dispostas no regimento interno da Câmara dos Deputados para os líderes partidários contribuem para a disciplina partidária e induzem que os parlamentares escolham estratégias que foquem em sua reputação partidária como forma de alcançar o sucesso eleitoral e o poder institucional (BAIÃO, COUTO, JUCÁ, 2018).

Dentre as estratégias de gerência de coalizão presidencial está a execução de emendas orçamentárias para beneficiar aliados que incentivam o comportamento partidário pelo parlamentar, tendo em vista que o presidente possui poder discricionário quanto à execução da emenda ou não (BAIÃO, COUTO, JUCÁ, 2018).

Assim, a valorização das emendas pelos deputados está entre suas estratégias eleitorais de forma que, com elas, eles conseguiriam realizar demandas de seu eleitorado visando o seu voto, sendo, portanto, um tipo de *pork barrel* (BAIÃO, COUTO, JUCÁ, 2018). Ademais, percebe-se que o maior interesse dos partidos em assumir ministérios não está na influência que eles podem exercer nas políticas públicas (*Policy-Seeking*), mas no volume orçamentário controlado pelos ministérios (*Office-Seeking*) (BAIÃO, COUTO, JUCÁ, 2018).

Assim, para ter um entendimento claro sobre os incentivos como as emendas orçamentárias individuais, os autores lançam mão de algumas hipóteses as quais serão analisadas nesse artigo as duas primeiras. A primeira hipótese tem o objetivo de identificar se emendas enviadas a ministérios copartidários têm maior grau de execução, tendo em vista que foi verificado que muitos dos projetos do Executivo partiam dos Ministérios e assim estes conseguiam influência nas políticas públicas. Porém na maior parte dos projetos de lei com influência dos ministérios eram vindos de ministérios ocupados pelo partido do Presidente.

A segunda hipótese investiga se emendas enviadas por cargos de liderança apresentam um maior grau de execução visto que os líderes, regimentalmente, possuem formas de punir os parlamentares que não cooperarem com os interesses do partido. Nessa hipótese seria conferido se os líderes intermediariam os interesses dos parlamentares de executar suas emendas individuais com o Executivo e se possuem esse poder utilizariam não só para beneficiar os copartidários como também a si próprio. Assim visa-se uma explicação do porquê os líderes fazem o possível para cooperar com a agenda governamental e se teria relação com o favorecimento na liberação de suas emendas. Dessa forma, a partir da análise dos resultados todas as hipóteses se mostram verdadeiras. Há uma relação entre a maior execução de emendas de parlamentares copartidários aos ministérios, assim como de lideranças partidárias (BAIÃO, COUTO, JUCÁ, 2018).

As tipologias do poder legislativo traçadas por Polsby demonstram que o legislativo varia de acordo com a distribuição de recursos no seu interior principalmente aqueles recursos relacionados ao controle de agenda legislativa.

Os legislativos transformativos, o caso do legislativo brasileiro, são marcados pela sua atuação independente de forças externas e focalizado na transformação de projetos de qualquer origem em lei. Esses têm o seu trabalho organizado em torno das comissões com o intuito de formar políticas públicas (FIGUEIREDO LIMONGI, 2004).

Para o devido funcionamento de um legislativo transformativo é preciso as comissões tenham um sistema efetivo de deliberação, marcando a independência do legislativo. Com as comissões funcionando efetivamente, os parlamentares podem gozar de uma divisão de trabalho a partir do seu interesse e do seu eleitorado e assim colocar sua marca sobre as políticas públicas (FIGUEIREDO LIMONGI, 2004).

As comissões, portanto, são centros de poder e pertencer a determinada comissão temática é um fator necessário para influenciar as políticas públicas daquele setor. As distribuições nas comissões são ditadas pelo interesse eleitoral dos parlamentares que buscam fazer parte das comissões que são relevantes para suas bases eleitorais. A tendência é que os parlamentares tenham uma longa carreira nas comissões pois isso dará poder a eles considerando que esse poder nas comissões é dado a partir do tempo de permanência nas mesmas (FIGUEIREDO LIMONGI, 2004).

4. Direita Tradicional e Nova Direita

A luz da literatura de conexão eleitoral e estratégia de engajamento parlamentar faz-se necessário analisar as mudanças históricas que permitiram a formação da nova direita.

A direita viu a necessidade da sua reorganização após o giro à esquerda da década de 90 na América Latina, sobretudo com governos como de Hugo Chávez que possibilitaram uma expansão de governos de esquerda na região. (KALTWASSER, 2014).

Uma das grandes diferenciações da direita e da esquerda abordadas na literatura é sobre o ideal de igualdade. Para a direita a desigualdade é algo natural tendo em vista que os seres humanos são diferentes e, portanto, o Estado não deve agir em função de erradicá-las. Já a esquerda concebe a desigualdade como uma realidade produzida socialmente e por isso procura meios de erradicá-la a partir da atuação do Estado e a formulação de políticas públicas de redistribuição de renda (KALTWASSER, 2014).

Alguns fatores ajudaram a mobilizar a politização da desigualdade que permitiu o giro à esquerda na década de 90 como a formação de grupos de oposição às reformas neoliberais que promoveram ciclos de protesto e formaram novos partidos com base em seus ideais. As reformas neoliberais apesar de terem gerado uma estabilidade macroeconômica e controlado a inflação produziram os níveis de desigualdade presentes na América Latina. Ademais, as reformas neoliberais não trouxeram nenhuma mudança na redução da desigualdade contribuindo para o desejo da população em políticas públicas que mudassem sua realidade (KALTWASSER, 2014).

Dessa forma, a partir da onda de governos de esquerda na América Latina, a direita se viu em uma situação desprivilegiada em relação aos partidos que tem seu programa

político focado na redistribuição, enquanto ela objetivava manter a hierarquia social (BORGES, VIDIGAL, 2023).

Em lugares altamente desiguais como a América Latina era de se esperar que governos de esquerda com agendas redistributivistas tivessem um maior êxito eleitoral. Isso seria realidade caso a competição partidária estivesse em um espaço ideológico que focasse no papel do Estado na economia. Assim, a direita teve que se reinventar utilizando-se da politização da questão social como estratégia (KALTWASSER, 2014).

A direita começou a se reorganizar já que mesmo obtendo bons níveis de voto nas eleições para a Câmara dos Deputados a partir de 2010, seus partidos ainda eram fracos. A direita falhava em construir marcas partidárias sólidas e manter um apoio eleitoral fiel. Até então os políticos evangélicos seguiam uma linha pragmática e não ideológica, porém com as pautas culturais em voga como a aprovação do casamento LGBTQIA+ pelo STF houve uma reação conservadora pelos evangélicos, iniciando-se uma guerra cultural contra os valores progressistas (BORGES, VIDIGAL, 2023).

4.1. Estratégias de Reinvenção

Assim, a direita fez uso de algumas estratégias políticas necessárias para sua reinvenção e para continuar como player viável no processo eleitoral. Dentre essas estratégias estão a cooptação de eleitores, ação propícia em democracia desiguais, por meio da distribuição de benefícios materiais de forma que seu programa político continue o mesmo e mantendo o apoio das classes sociais mais altas (KALTWASSER, 2014).

Outra estratégia utilizada para barrar a hegemonia da esquerda foi pressionar os governos de esquerda de forma a impedir a aprovação de reformas contrárias ao interesse da direita. Isso é visto, também, no apoio histórico da direita à golpes de Estado. Essa atitude não é mais viável na contemporaneidade visto o crescimento do apoio da sociedade aos direitos humanos, e essa associação da direita à regimes autoritários no passado descredibiliza sua imagem em relação ao seu apoio às formas democráticas de governo. Assim, a direita precisou se reinventar e utilizar de práticas mais sofisticadas para manter a sua influência. Dentre elas estão as práticas de *lobby* e a criação de *think thanks* de forma a influenciar e deixar uma marca da direita na formulação de políticas públicas. Ademais, a direita também possui recursos financeiros para acionar meios de comunicação que realizam um ativismo em prol dos ideários da direita e promovem a

formação de atores para incidir no processo de formação de preferências com suas pautas morais e econômicas (KALTWASSER, 2014).

Afastar-se dos partidos políticos também foi uma medida adotada visto que os partidos estão sendo vistos de forma negativa pela população e perdendo sua legitimidade com escândalos de corrupção, práticas clientelistas (ações associadas à esquerda) que os atores de direita preferem se identificar como alheios ao mundo político e críticos dele, se configurando, na aparência, como verdadeiros *outsiders* que rompem com a política tradicional. Ademais, utilizar da politização de temas políticos transversais às divisões de classe também é uma prerrogativa utilizada de reinvenção. Isso pode ser feito com as questões culturais, religiosas, dos valores tradicionais entre outras, de forma a compor coalizões eleitorais com diferentes segmentos dos estratos sociais (BORGES, VIDIGAL, 2023).

Ademais, outra estratégia recorrida pela direita é a formação de estratégias eleitorais populistas tendo como característica central o moralismo e o caráter não programático. Essas estratégias possibilitam a mobilização e o engajamento da população mais pobre, pois deixam em segundo plano o programa do governo relacionado ao papel do Estado na economia e na mitigação das desigualdades. Outra forma de angariar eleitores é por meio do moralismo de forma a criticar a corrupção e a “velha política” (BORGES, VIDIGAL, 2023). Outro tema que a direita tenta explorar além dos temas morais e de segurança que são transversais às classes sociais, é o da eficiência econômica, reivindicando um papel da direita como a única que garante boas relações com o empresariado podendo promover crescimento e geração de emprego (KALTWASSER, 2014).

Faz-se necessário conceituar a nova direita e a direita tradicional. Esta última é marcada por organizações seculares, muitas das quais vieram das elites políticas da ditadura militar. Com a transição democrática muitos dos novos partidos de direita absorveram os quadros da Aliança Renovadora Nacional (ARENA). Ademais, outro marco importante para se conceituar a direita é a sua forma de conseguir força eleitoral que advém do acesso privilegiado aos recursos de patronagem nas três esferas governamentais (BORGES, VIDIGAL, 2023).

A ditadura militar foi abraçada pelos setores da direita que viram ela como uma restauração das forças conservadoras do governo e por isso a direita tradicional se origina

desse período. Com a imposição por Castello Branco do Ato Institucional número dois, que previa a abolição de diversos partidos, o sistema político tornou-se bipartidário com a ARENA e o MDB. Com a volta do sistema multipartidário o MDB se fragmentou permitindo o surgimento de outros partidos de oposição como o Partido dos Trabalhadores (PT) e a ARENA mudou o nome para Partido Democrático Social (PDS) (POWER, RODRIGUES-SILVEIRA, 2019).

A partir de então, houve uma aceleração para a liberalização política marcada pelo crescimento da oposição e queda do PDS assim como da campanha pelas “Diretas Já”. Apesar de não conseguir atingir seu objetivo de restabelecer eleições diretas para presidente, as “Diretas Já” conseguiram desestruturar internamente o regime ocorrendo a emergência da frente liberal dentro do PDS. (POWER, RODRIGUES-SILVEIRA, 2019).

Os partidos de direita tiveram vantagens com o início da democracia em 1985, eles conseguiram navegar pela transição com facilidade de forma que os veteranos da ARENA obtiveram 40% dos assentos na Assembleia Nacional Constituinte. Os parlamentares de direita também conseguiram cultivar suas bases eleitorais advindas do período da ditadura (POWER, RODRIGUES-SILVEIRA, 2019).

O PTB e o PL estiveram nas coalizões governamentais tanto da direita com Fernando Henrique Cardoso quanto da esquerda no governo de Lula e Dilma, mostrando a capacidade de extrair benefícios dos governos seja ele qual for marcando o alto fisiologismo desses partidos. Partidos como o PSD também foram criados para políticos de centro-direita com o intuito de não mais participar da oposição, mas sim do centro de poder como do governo Dilma de forma oportunista. Essa aliança durou pouco com o PSD apoiando o impeachment de Dilma e indo para a coalizão de Temer Isso mostra a dependência histórica de partidos da direita ao acesso de recursos do governo como forma de sobrevivência. Esse acesso é extraordinariamente mais importante para partidos de direita do que de esquerda porque os partidos conservadores têm uma menor capilaridade e enraizamento na sociedade do que os partidos de esquerda (POWER, RODRIGUES-SILVEIRA, 2019).

Já a nova direita pode ser dividida em dois grandes grupos que se faz necessário conceitualizar: a direita evangélica e a direita antipolítica. Porém, é preciso compreender que enquanto a direita tradicional fazia uso dos recursos de patronagem para obter apoio

eleitoral a nova direita faz uso de duas estratégias principais. Essas estratégias consistem na politização em temáticas transversais às classes sociais e a oposição populista entre elite corrupta e povo (BORGES, VIDIGAL, 2023).

4.2. A Nova Direita no Brasil

A ascensão da direita radical no Brasil, está extremamente vinculada com o mensalão, a operação lava-jato, o "impeachment" da ex-presidente Dilma em 2016 e com a participação da direita no impopular governo de Michel Temer. A direita tradicional, objetivando ascender ao poder por vias não eleitorais, utilizou-se de uma estratégia a qual não previa os efeitos posteriores indesejados sendo essa estratégia o processo de impeachment de Dilma Rousseff que resultou na ascensão da extrema direita com Jair Bolsonaro e o crescimento do PSL. Essa estratégia desestrutura o padrão de competição político partidária do país que tinha como principal polarização a competição entre o PT e o PSDB funcionando por mais de duas décadas. A partir desse processo, o PSDB perde muita força política e o conflito passa a residir na disputa entre o PT e o PSL. Esse processo é caracterizado como uma troca de guarda na direita brasileira (SANTOS, TANSCHHEIT, 2019).

A direita não possuía uma agenda governamental que fosse de acordo com as demandas da população e justamente por isso, para conseguir se tornar elegível ocorre a reorganização da direita no dia seguinte à vitória da ex-presidente Dilma em 2014, com o pedido de recontagem e auditoria dos votos por Aécio Neves. Esse fator foi o precedente necessário para que nas eleições de 2022 e desde que chegou ao poder em 2018 Bolsonaro questionasse a lisura do processo e a eficácia das urnas eletrônicas reivindicando a utilização do voto impresso (Rennó, 2022). Ao longo da votação do processo de impeachment, partidos de tradição governista votaram de forma favorável ao impeachment indicando um deslocamento dessas agremiações, PMDB, PSD e PP à direita. Ademais, o PSDB, anteriormente o principal concorrente do PT apostou nos escândalos de corrupção para acabar com a imagem do PT (SANTOS, TANSCHHEIT, 2019).

Com o governo de Michel Temer a população passou a ter um sentimento de descontentamento muito grande com a política por conta da corrupção e das suas reformas impopulares. Assim, políticos outsiders como Bolsonaro conseguiram desmoralizar a política alegando que todos aqueles que faziam parte dela e do *mainstream* eram corruptos. Foi a forma de viabilizar sua eleição por meio da moralização da política. A

eleição de 2018 foi marcada pelo indeferimento da candidatura de Lula, rejeição dos principais partidos como PSDB e MDB na Câmara dos deputados, e a candidatura de Geraldo Alckimin do PSDB que apesar de obter a maior coligação eleitoral, não refletiu no seu resultado eleitoral (SANTOS, TANSCHHEIT, 2019). Essa nova direita no Brasil é marcada por duas vertentes: a direita evangélica e a antipolítica. Essa última é o foco de análise deste artigo.

4.3. Direita Evangélica

A direita evangélica, apesar de já existir no cenário legislativo, passa por grandes transformações e para entender o processo de renovação da direita é preciso entender o papel central da direita evangélica. Até antes de 2010 grupos evangélicos como a Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) e a Assembleia de Deus (AD) não se preocupavam em ocupar o bloco evangélico em apenas um partido. A direita evangélica tinha um caráter mais pragmático de forma a espalhar candidatos por diversos partidos com orientações diferentes (BORGES, VIDIGAL, 2023).

A partir de 2010 com a legalização pelo STF do casamento LGBTQIA+ essa estratégia pragmática mudaria radicalmente de forma a consolidar uma guerra cultural contra os valores progressistas pela bancada evangélica. Em 1990 partidos da direita tradicional detinham 73% das candidaturas evangélicas e em 2014 isso se reduziu a menos de 15% de forma que passaram a ocupar partidos confessionais. Porém a presença da direita evangélica vai muito além dos partidos confessionais, em 2018, 61 deputados da bancada evangélica estavam espalhados em vários outros partidos de direita (BORGES, VIDIGAL, 2023).

A direita evangélica não sendo mais dependente dos partidos de direita e se organizando, também, nos partidos confessionais apontam uma centralidade das identidades religiosas para mobilizar o voto conservador e para a separação entre a direita tradicional e a religiosa (BORGES, VIDIGAL, 2023).

Quadros e Madeira (2018) investigam a atuação da bancada evangélica e da bancada da bala a partir do fenômeno da reação de grupos de direita ao avanço de “pautas progressistas” Ao longo da década de 80 os parlamentares de direita não se identificavam como tal tendo em vista a associação deles com a ditadura militar e por isso ficaram conhecidos como “direita envergonhada”. Assim, mesmo os parlamentares de direita tendiam a se definir mais à esquerda e, considerando a autodefinição dos parlamentares,

o Brasil seria um país sem direita configurando uma assimetria de autorepresentação (QUADROS, 2018).

Nas eleições das primeiras décadas da transição democrática era notável a ausência de partidos grandes que mobilizassem a reputação e identidades de direita de forma sistemática, não havia identidades claras. A partir de 2014, congressistas com pautas conservadoras ganharam força nas eleições. Os que defendiam a pauta cristã, rural e a repressão à criminalidade ficaram conhecidos como bancada BBB – Bíblia, Boi e Bala e as bancadas progressistas foram perdendo espaço na Câmara (QUADROS, 2018).

A mudança no mapa religioso no Brasil, diminuição de fiéis filiados ao catolicismo e aumento dos fiéis filiados a outros credos cristãos resultaram em impactos no cenário político. No período posterior à redemocratização os extratos mais conservadores da sociedade tinham uma certa apatia à política, fato que foi modificado com o aumento da representação política de evangélicos pentecostais. Assim, a política transforma-se em uma arena legítima para os evangélicos principalmente aqueles com perfil militante de conversão. O que antes era visto como lugar de Satanás ganha uma nova máxima de irmão vota em irmão (QUADROS, 2018).

4.4. Direita Antipolítica

Outra vertente da direita que precisa ser explicitada, é a direita antipolítica que é o foco de análise deste artigo. Esse grupo surge sobretudo com a crise econômica do governo Dilma Rousseff no período de 2015 a 2016 e pelos escândalos de corrupção da Lava Jato. Esses escândalos derivaram em uma corrente anti-política culminando na rejeição do Partido dos Trabalhadores (PT), mesmo com diversos outros partidos estando envolvidos nos escândalos de corrupção. Os novos movimentos de direita se alinharam a operação Lava Jato na cruzada contra a corrupção e alegaram-se como apartidários. Por meio da “Vaza-Jato” foram comprovados os interesses escusos da operação que utilizou-se de estratégias extraconstitucionais para criar uma descrença na política (BORGES, VIDIGAL, 2023). Ademais, a direita moderada tinha a crença que a Lava-jato iria atingir apenas o PT, eles não esperavam a queda do PSDB com a declaração de Aécio Neves a respeito de anistiar o crime de caixa 2 (SANTOS TANSCHKEIT, 2019).

Todas essas questões mostram o fracasso do lulismo em sua política de conciliação de classes que ao mesmo tempo que adota uma política reformista no intuito de diminuir as desigualdades de renda e um Estado desenvolvimentista, não rompe com

uma política macroeconômica liberal. Assim, o governo Lula fora marcado por uma frente neodesenvolvimentista conformada por parte da burguesia e pelas classes populares. Ademais, anteriormente à crise econômica do governo Dilma, eclodiram no país os protestos de 2013, conhecidos como as jornadas de junho, que eram configurados tanto por atores da burguesia, quanto das classes populares tendo as mais diversas reivindicações, apesar de terem sido iniciados pela insatisfação relacionada ao aumento do preço nas tarifas dos transportes públicos. Os protestos de 2013 não indicam a crise econômica do governo Dilma pois o ápice dos protestos coincidiu com um contexto de crescimento econômico e com o período de maior taxa de aprovação do governo sendo esta de 65%. Esses protestos, abriram oportunidades para que atores opositores se mobilizassem contra o governo Dilma (TATAGIBA, GALVÃO, 2019).

Assim, o padrão de domínio pela esquerda das mobilizações sociais passa a ser modificado em 2013 com o ingresso da direita nesse âmbito. Os protestos de 2013 também marcaram o retorno das ruas como espaço de construção política que durante o período democrático foi marcado pelo padrão de institucionalização e pelo enfraquecimento da base de apoio parlamentar e social do PT. A direita, nesse período, passou a se organizar para além dos repertórios institucionais marcados pelo *lobby* e a lógica eleitoral, passando a se organizar por meio da mobilização de rua mesmo não possuindo tradição em protestos (TATAGIBA, 2018).

A crescente descrença na política e nos partidos, principalmente no PT, possibilitaram a ascensão da extrema direita com a eleição de Jair Bolsonaro em 2018. Isso evidencia a reorganização da direita a partir da década de 2010, marcada por um forte discurso antissistema e por uma identidade ideológica claramente definida (BORGES, VIDIGAL, 2023).

Ademais, é necessário evidenciar que a convergência ideológica entre os partidos entre 1994 a 2014 tornou mais difícil para os eleitores conhecerem as diferenciações partidárias e as suas posições ideológicas. Assim, essa diluição ideológica permitiu a ascensão de um sentimento de antipolítica (BORGES, VIDIGAL, 2023).

Partidos como o Novo, além de abraçar a agenda liberal de privatizações, redução do Estado, incorporaram também em sua agenda as pautas anti-corrupção e apoiaram a eleição de Jair Bolsonaro em 2018. Para mostrar sua política antistablishment, Bolsonaro não se alinhou com nenhum dos grandes partidos ao longo de sua campanha, assim como

o partido Novo foi composto por pessoas que não eram vinculadas à política previamente, sendo muitas delas integrantes desses novos movimentos sociais de direita (BORGES, VIDIGAL, 2023).

Os eleitores do Bolsonaro se diferenciam dos demais pela sua retórica altamente autoritária, descrença nas instituições assim como sua aproximação às Forças Armadas e uma postura iliberal. Se aproximam de movimentos como o MBL apenas na convergência de pautas anticorrupção e na dicotomia entre política corrupta e o verdadeiro povo que seria a direita brasileira. Esse caráter autoritário de uma parte da nova direita confere uma renovação à direita tradicional que tentava ocultar a sua origem na ditadura militar e, portanto, seus vínculos com a Arena. A nova direita por meio de Bolsonaro, glorifica o passado autoritário e endossa a desestabilização das instituições assim como discursos extremistas e autoritários que antes eram silenciados pelo politicamente correto (BORGES, VIDIGAL, 2023).

Bolsonaro dá voz, portanto, à extrema direita, ele torna-se porta voz de uma direita que até então estava envergonhada em se afirmar após a ditadura militar. Ele, portanto, passa a legitimar posições até então vistas como politicamente incorretas a respeito de temas políticos. Ademais, Bolsonaro é capaz de realizar um alinhamento conservador de direita, conceito que consiste em mobilizar pessoas que até então eram dispersas e desarticuladas para um programa político. Essas pessoas mobilizadas não necessariamente representam todas as dimensões que caracterizam o bolsonarismo como a religião, a postura anticorrupção, a postura neoliberal na economia e a postura contrária às pautas progressistas. O Bolsonarismo deve ser considerado como um fenômeno multidimensional que uniu diferentes eleitores que estavam dispersos (Rennó, 2022).

5. Resultados

Assim, o presente artigo pretende verificar a hipótese da nova direita, com o enfoque na direita antipolítica, utilizar de estratégias mais programáticas do que a direita tradicional e, portanto, fazer uso sobretudo de tomada de posição, estratégia que a literatura remetia como sendo principal recurso de engajamento da esquerda. Isso porque a nova direita utilizou estratégias de mobilização de temas transversais às classes sociais, de forma a obter uma base eleitoral tanto em camadas mais pobres da população quanto em camadas mais ricas. Assim, a nova direita deve utilizar-se de um ativismo legislativo

de forma a falar na tribuna, votar, e se posicionar de acordo com as ideias que tem mobilizado, garantindo o apoio eleitoral da sua base.

A segunda hipótese que se pretende verificar é como a intermediação de demanda se relaciona entre os campos da esquerda, da direita e da nova direita. A literatura aborda que essa estratégia é utilizada tanto pela esquerda quanto pela direita e que a partir da análise de Inácio a utilização dessa estratégia varia dependendo do acesso aos postos ministeriais e conseqüentemente à participação na coalizão do governo, pois assim a intermediação de demanda junto à burocracia pública seria facilitada.

A terceira hipótese que se analisará neste artigo é como se dá o perfil partidário dos espectros, a esquerda, a direita e a nova direita e se o perfil partidário influencia o tipo de engajamento parlamentar. Isso se dá, pois, aqueles parlamentares que dão mais ênfase na reputação partidária do que na sua reputação individual tendem a utilizar mais do ativismo legislativo principalmente em pautas caras ao conflito ideológico. Assim, os espectros mais programáticos que se importam mais com o ativismo legislativo deveriam ter um foco maior na reputação partidária.

Os partidos estão divididos entre esquerda, centro, direita tradicional, que será abordada nos resultados apenas como direita, e direita antipolítica sendo os partidos desta última o NOVO, PSL¹ e o PODEMOS.

Para a realização dessa análise utilizou-se a *survey* de 2019 da PELA (Parliamentary Elites in Latin America) realizado com deputados brasileiros em 2019 conduzido pelo Centro de Estudos Legislativos da UFMG. Foram utilizadas as seguintes perguntas para operacionalizar as análises:

A partir dessas perguntas foi utilizado o Software PSPP para cruzar essas variáveis dependentes com a posição do bloco ideológico, variável independente. Os casos que os deputados não souberam responder, os *missings*, foram retirados para não alterar o resultado da pesquisa.

A tabela a seguir analisa qual aspecto o parlamentar dá mais importância em primeiro lugar. As variáveis participar do processo de elaboração das leis gerais do país, controlar a atuação do governo, defender as posições do partido estão associadas a

¹ Em 2019 o Bolsonaro deixou o PSL e em 2021 o PSL fundiu-se com o DEM para formar o União Brasil

medidas de ativismo legislativo ou tomada de posição. Já as variáveis representar os interesses do seu estado, representar os interesses do setor social ao qual é vinculado e garantir emendas ao orçamento em sua região são medidas de *pork barrel*.

Tabela 1

Durante a sua atividade parlamentar a qual dos seguintes aspectos o(a) Sr(a). Dá maior importância 1º Lugar

	Esquerda	Centro	Direita	Direita antipolítica
Participar do processo de elaboração das leis gerais do país	60,00%	6,30%	26,70%	52,60%
Controlar a atuação do governo	8,60%	31,30%	13,30%	10,50%
Defender as posições do seu partido	5,70%	12,50%	13,30%	5,30%
Representar os interesses do seu Estado	11,40%	37,50%	40,00%	21,10%
Representar os interesses do setor social ao qual é vinculado	14,30%	6,30%	3,30%	5,30%
Garantir Emendas ao Orçamento em Sua região	0,00%	6,30%	3,30%	5,30%

Fonte: PELA, 2019.

Assim, a partir da tabela acima, compara-se qual aspecto o parlamentar dá mais importância em primeiro lugar, por bloco ideológico, esquerda, centro, direita e direita antipolítica. Percebe-se que 74,3% dos parlamentares de esquerda somados deram o primeiro lugar para as variáveis consideradas como tomada de posição. Já na direita parlamentares, representando um percentual de 53,3% somados, deram o primeiro lugar para as variáveis consideradas no indicador como tomada de posição. Evidencia-se o alto percentual tanto na esquerda quanto na direita antipolítica da importância dada à primeira medida de ativismo legislativo que é participar do processo de elaboração das leis gerais do país, um total de 60% e 52,60% respectivamente. Enquanto na primeira medida de tomada de posição obteve-se apenas 26,70% de respondentes da direita tradicional. Isso mostra como a direita antipolítica segue as estratégias que antes eram marcadamente da esquerda. Estratégias essas de engajar seu eleitorado principalmente por meio do ativismo legislativo com pautas morais que são transversais às classes sociais, como reivindicar a pauta da anticorrupção, a pauta da família e dos bons costumes, a pauta anti aborto e

casamento LGBTQIA+. A direita tradicional, portanto, continua utilizando de medidas de pork barrel de forma a executar políticas públicas em sua região de forma a ganhar um retorno eleitoral. A nova direita inova nesse aspecto de mobilizar suas bases e de ganhar uma força identitária passando a ser reconhecida por suas pautas.

Nas três variáveis que representam *pork barrel* apenas 25,7% dos parlamentares da esquerda colocaram uma delas em primeiro lugar representando uma porcentagem bem baixa, enquanto a variável de garantir emendas ao orçamento da região não foi escolhida por nenhum parlamentar de esquerda. Já a direita, obteve uma quantidade mais expressiva dos parlamentares que avaliaram as variáveis de *pork barrel* como as mais importantes um total de 46,6% somados. A direita colocou como principal parâmetro representar os interesses do seu estado totalizando-se 40%. Comparando-se com a direita antipolítica percebe-se um traço de diferenciação elevado tendo em vista que a direita antipolítica colocou a elaboração de projetos de lei como o mais importante e apenas 21,10% dela colocou o parâmetro de representar os interesses do estado como o mais importante. Apesar do número expressivo, observa-se o afastamento da direita antipolítica em relação às estratégias de engajamento parlamentar utilizadas pela direita.

Já na avaliação do segundo lugar com maior importância tanto a esquerda quanto a direita votaram mais nas variáveis de *pork barrel*. A esquerda com 59,4% somados e a direita com 66,6% somados indicando, assim, como mostra Inácio (2012) que tanto a esquerda quanto a direita não se diferenciam tanto em relação a utilizar o recurso de *pork barrel* como estratégia de engajamento parlamentar. Novamente a direita antipolítica diverge em suas prioridades da direita tradicional, colocando a defesa das posições do partido como estratégia mais importante em segundo lugar representando 29,4%.

Em relação a defender as posições do seu partido a direita apresentou o maior percentual com 13,3% enquanto a esquerda e a direita antipolítica apresentaram apenas 5,7% e 5,3% respectivamente. Esse resultado diverge do esperado pois de acordo com a literatura os espectros mais programáticos que se importam mais com o ativismo legislativo deveriam ter um foco maior na reputação partidária.

Tabela 2

Durante a sua atividade parlamentar a qual dos seguintes aspectos o(a) Sr(a). Dá maior importância 2º
Lugar

	Esquerda	Centro	Direita	Direita antipolítica
Participar do processo de elaboração das lei gerais do país	6,30%	6,70%	7,40%	17,60%
Controlar a atuação do governo	21,90%	0,00%	0,00%	11,80%
Defender as posições do seu partido	12,50%	6,70%	25,90%	29,40%
Representar os interesses do seu Estado	25,00%	26,70%	25,90%	23,50%
Representar os interesses do setor social ao qual é vinculado	25,00%	33,30%	22,20%	11,80%
Garantir Emendas ao Orçamento em Sua região	9,40%	26,70%	18,50%	5,90%

Fonte: PELA, 2019.

A direita antipolítica, porém, se diferencia dos demais blocos partidários. Em primeiro lugar 68,4% da direita antipolítica somados atribuíram uma maior importância em primeiro lugar às variáveis de tomada de posição e esse resultado é mantido no segundo lugar com 58,8% somados, aferindo um segundo lugar de maior importância às variáveis de tomada de posição. Assim, percebe-se que a direita antipolítica apresenta uma maior tomada de posição até mesmo se comparada com a esquerda.

Em relação à frequência com que se apresenta um projeto de lei 53,8% da esquerda atribuíram que apresentam “muitas vezes”, em contrapartida a somente 22,5% da direita que atribuíram que apresentam “muitas vezes”. A direita foi a única parte do espectro que possui percentual relacionado a nunca apresentar um projeto de lei, totalizando 2,5%. Ao se comparar a direita com a direita antipolítica observa-se resultados bem destoantes tendo em vista que 45,8% da direita antipolítica atribuiu uma frequência de muitas vezes para a apresentação de um projeto de lei enquanto a direita obteve 22,5% de muitas vezes.

Tabela 3

Com que frequência o senhor apresenta um projeto de lei

Esquerda	Centro	Direita	Direita Antipolítica
----------	--------	---------	----------------------

Nunca	0%	0%	2,5%	0%
Poucas Vezes	15,4%	16,7%	32,5%	12,5%
Algumas Vezes	30,8%	33,3%	42,5%	41,7%
Muitas Vezes	53,8%	50,0%	22,5%	45,8%

Fonte: PELA, 2019.

Em relação à frequência de apresentação de emendas aos projetos de lei, considerada aqui uma forma de incidir na formação das políticas públicas, a esquerda e o centro possuíram o valor mais acentuado, colocando uma frequência de muitas vezes mais elevados, 41% e 44,4% respectivamente. Ao se comparar a direita e a direita antipolítica não houve uma diferenciação expressiva com 22,5% e 25% respectivamente.

Tabela 4

Com que frequência o senhor apresenta emendas aos projetos de lei

	Esquerda	Centro	Direita	Direita antipolítica
Nunca	2,6%	0%	2,5%	0%
Poucas Vezes	7,7%	16,7%	20,0%	29,2%
Algumas Vezes	48,7%	38,9%	55,0%	45,8%
Muitas Vezes	41,0%	44,4%	22,5%	25,0%

Fonte: PELA, 2019.

Em relação ao uso da palavra na casa legislativa a esquerda foi o espectro que atribuiu maior porcentagem à frequência de muitas vezes, um total de 53,8%. A direita apresentou um percentual de 45%, maior do que a direita antipolítica com 33,3%. Esse parâmetro serve para medir o quanto o deputado se posiciona na casa legislativa a respeito dos temas caros ao seu público.

Tabela 5

Com que frequência o senhor faz uso da palavra na casa legislativa

	Esquerda	Centro	Direita	Direita antipolítica
Nunca	0%	0%	2,5%	0%
Poucas Vezes	10,3%	16,7%	22,5%	12,5%
Algumas Vezes	35,9%	55,6%	30,0%	54,2%
Muitas	53,8%	27,8%	45,0%	33,3%

Fonte: PELA, 2019.

A partir da tabela 6 analisa-se os parâmetros relacionados à intermediação de demandas frente à burocracia pública ou os *caseworks*. As medidas utilizadas são a frequência com que se atende ou se encaminha pleito dos eleitores e a frequência com que se trata da demanda de grupos de interesse e/ou setores sociais com os quais tem afinidade. Na tabela observa-se que a esquerda apresenta um total de 51,3% de parlamentares que colocaram que atendem ou encaminham pleito dos eleitores muitas vezes. Já na direita, esse total de parlamentares que atribuíram muitas vezes a atender ou encaminhar pleito de seus eleitores foi de 25,0%, enquanto a maior parte da direita, 47,5% atribui a apenas “algumas vezes” em relação a atender ou encaminhar pleitos dos seus eleitores. Ao se comparar com a direita antipolítica tem-se uma diferenciação expressiva, pois a mesma atribui a muitas vezes a frequência de atender ou encaminhar pleito dos eleitores em 45,8% enquanto a direita tradicional totalizou apenas 25%.

Tabela 6

Com que frequência o senhor atende ou encaminha pleitos dos seus eleitores

	Esquerda	Centro	Direita	Direita Antipolítica
--	----------	--------	---------	----------------------

Poucas Vezes	2,6%	11,1%	27,5%	12,5%
Algumas Vezes	46,2%	38,9%	47,5%	41,7%
Muitas	51,3%	50,0%	25,0%	45,8%

Fonte: PELA, 2019.

Assim, os resultados vão de acordo com os estudos de Magna Inácio que dão uma nova visão à mediação de demandas do eleitorado com a burocracia pública. A literatura clássica, associa que a mediação de demandas está muito mais relacionada ao comportamento individual do que ao comportamento partidário, porém Magna Inácia mostra como essa característica é priorizada nas estratégias de engajamento parlamentar entre os parlamentares que aderem ao comportamento partidário. Dessa forma, como observa-se na tabela essa medida de *casework* foi priorizada tanto pela esquerda quanto pela direita antipolítica espectros que conferem importância ao comportamento e à reputação partidária.

Na tabela 7 é analisado outro parâmetro de intermediação de demanda frente à burocracia pública ou *caseworks* que é a frequência que o parlamentar trata de demandas de grupo de interesse e/ou setores sociais com os quais se tem afinidade.

Tabela 7

Com que frequência o senhor trata de demandas de grupos de interesse e/ou setores sociais com os quais tem afinidade

	Esquerda	Centro	Direita	Direita antipolítica
Poucas Vezes	23,1%	22,2%	42,5%	25,0%
Algumas Vezes	25,6%	50,0%	40,0%	33,3%
Muitas	51,3%	27,8%	17,5%	41,7%

Fonte: PELA, 2019.

Assim, observa-se aqui que a esquerda e a direita antipolítica atribuem 51,3% e 41,7% a uma frequência de muitas vezes em relação a tratar de demandas de grupos de interesse e/ou setores sociais com os quais se tem afinidade respectivamente.

A tabela 8 a seguir, por sua vez, mede o parâmetro de *pork barrel* relacionado a tratar emendas de prefeitos da região. Nesse parâmetro, diferentemente do que se esperava, o centro e a direita antipolítica apresentam a porcentagem mais alta de atuar com alta frequência na tratativa de emendas de prefeitos da região com 44,4% e 41,7% respectivamente.

Tabela 8

Com que frequência o senhor trata de emendas de prefeitos da sua região

	Esquerda	Centro	Direita	Direita antipolítica
Nunca	0%	0%	10,0%	4,2%
Poucas Vezes	31,6%	22,2%	20,0%	20,8%
Às Vezes	39,5%	33,3%	45,0%	33,3%
Muitas	28,9%	44,4%	25,0%	41,7%

Fonte: PELA, 2019.

A tabela a seguir já configura a importância que o parlamentar atribui aos seguintes aspectos: Defender um programa político, destacar-se nas atividades legislativas, ter boa inserção na mídia, conseguir recursos para sua base eleitoral, ter apoio dos líderes do partido, manter boas relações com o governo para a sua eleição.

Tabela 9

Na opinião do senhor qual dos fatores listados a seguir teria maior importância para a eleição de um deputado no Brasil – 1º lugar

	Esquerda	Centro	Direita	Direita antipolítica
Defender um programa político	55,2%	6,9%	24,1%	13,8%
Destacar-se nas atividades legislativas	18,9%	16,2%	37,8%	27,0%
Ter boa inserção na mídia	0%	16,7%	33,3%	50,0%
Conseguir recursos para sua base eleitoral	40,0%	13,3%	33,3%	13,3%
Ter apoio dos líderes do partido	0%	66,7%	33,3%	0%
Manter boas relações com o governo	42,9%	42,9%	14,3%	0%

Fonte: PELA, 2019.

Percebe-se pelos resultados que a 50% da direita antipolítica atribui a ter uma boa inserção na mídia como o aspecto mais relevante para a eleição de um deputado no Brasil. Isso mostra uma nova tendência se comparado tanto a esquerda com 0% e a direita com 33,3% em relação ao foco dado às mídias sociais, essa aparece aqui como uma estratégia que possibilita a tomada de posição e a sua devida divulgação frente ao eleitorado. Em relação a conseguir recursos para a sua base eleitoral, tanto a esquerda quanto a direita atribuíram uma porcentagem elevada a esse aspecto, 40% e 33,3% respectivamente, mostrando que o *pork barrel* têm a sua relevância para os dois espectros. Nesse aspecto a direita antipolítica também se diferenciou com apenas 13,3% atribuído a uma variável de *pork barrel*. A esquerda permaneceu dando relevância a uma estratégia programática sendo 55,2% atribuído a defender um programa político.

Em relação ao parâmetro de possuir apoio dos líderes partidários como um dos aspectos mais relevantes para a eleição obteve-se por meio da análise dos dados um resultado não esperado que é o percentual de 0% tanto para a direita quanto para a direita antipolítica. Assim esses espectros não dão tanta importância a obter apoio do líder do partido para sua eleição. Já o centro apresentou um percentual de 66,7% e a direita um percentual de 33,3%.

Tabela 10

Qual das seguintes características o Senhor considera que assegura uma melhor representação?

	Esquerda	Centro	Direita	Direita antipolítica
Compartilhar da mesma ideologia com seus eleitores	27,0%	13,5%	29,7%	29,7%
Compartilhar características socio-demográficas (etnia, cultura, idade, gênero) com os eleitores	42,9%	17,1%	22,9%	17,1%
Proporcionar bens e serviços de que necessitam os eleitores	29,4%	23,5%	35,3%	11,8%

Fonte: PELA, 2019.

Na tabela acima, comprova-se que a direita está muito mais associada às políticas distributivistas de cunho clientelista do que a direita antipolítica. A direita atribui como principal aspecto que assegura uma melhor representação o parâmetro de proporcionar bens e serviços de que necessitam os eleitores, uma medida de *pork barrel*, um total de 35,3%. Já a direita antipolítica atribuiu como principal medida para assegurar uma melhor representação compartilhar da mesma ideologia com seus eleitores com um total de 29,7% comprovando a hipótese de que a direita antipolítica utiliza-se de estratégias mais programáticas de forma a construir uma forte identidade com o seu eleitorado, uma estratégia de ativismo legislativo. A esquerda, por sua vez atribuiu uma maior relevância a compartilhar características sócio-demográficas com os eleitores.

A partir dos resultados obtidos com a análise de dados das perguntas da *survey* da PELA como variável dependente e o bloco ideológico como variável independente confirma-se a hipótese de que a direita antipolítica se diferencia da direita tradicional por meio das estratégias de engajamento parlamentar sobretudo com a priorização de estratégias de ativismo legislativo de forma a provocar uma forte identificação com o seu eleitorado.

Em relação ao *pork barrel*, percebeu-se que em alguma medida todos os espectros valorizam este, apesar da direita tradicional utilizar-se dele para garantir retorno eleitoral tendo em vista que não possui uma clara identidade ideológica frente ao eleitorado. Já as variáveis relacionadas à intermediação de demanda mostram que a variação está muito relacionada a capacidade de exercer esses favores frente à burocracia pública e para isso é necessário reconhecimento dentro da coalizão e posse de postos ministeriais. Para isso é necessária uma boa reputação partidária tendo em vista que as lideranças do partido que designam os cargos em ministérios, comissões, relatorias e mediam a possibilidade do empenho e execução de emendas orçamentárias juntamente com o executivo. Assim, percebe-se a importância da obediência e disciplina partidária para o retorno eleitoral,

tanto para obtenção de emendas, parâmetro aqui considerado como medida de *pork barrel*, e o ativismo legislativo em prol dos conflitos partidários, medida de tomada de posição.

6. Conclusão

Esta pesquisa buscou testar a hipótese de que a nova direita seria mais programática do que a direita tradicional, verificar como a intermediação de demanda se relaciona entre os campos da esquerda, da direita e da nova direita e verificar como se dá o perfil partidário dos espectros da esquerda, da direita e da nova direita e se o perfil partidário influencia o tipo de engajamento parlamentar. Para isso, a partir das estratégias de engajamento parlamentar se pode comparar qual estratégia era mais utilizada pela direita tradicional e pela direita antipolítica. Assim, a partir dos resultados obtidos, a nova direita é de fato mais ideológica do que a direita tradicional e utiliza estratégias mais voltadas ao ativismo legislativo, tomada de posição do que de estratégias voltadas às políticas distributivas como o *pork barrel*.

Esse resultado é relevante pois por muito tempo a literatura não focou no estudo da direita até eclodir o fenômeno do bolsonarismo e o seu consequente desgaste institucional. Elucidar como a nova direita mobiliza seu eleitorado e quais são as estratégias parlamentares nas instituições que ela faz uso mostra como a nova direita está ocupando um espaço mais ideológico que até então era dominado pela esquerda.

Ademais, outro resultado verificado foi a utilização de medidas de intermediação de demanda ou de *casework* tanto pela esquerda, quanto pela direita e pela direita antipolítica. A estratégia de intermediação de demanda está muito mais associada com a posição no governo e o acesso a postos ministeriais, fator que facilita a realização das demandas do eleitorado pelo parlamentar.

Em relação a associação entre o perfil partidário e a utilização de algum tipo de estratégia parlamentar percebe-se que apenas o centro conferiu uma alta importância para ter apoio dos líderes do partido como fator relevante para a eleição e, em relação a defesa das posições do partido, a direita antipolítica apresentou o percentual mais alto, porém não se diferenciou tanto da direita. Assim, diferente do esperado nem a esquerda nem a direita antipolítica conferiram uma alta relevância para o apoio dos líderes do partido para a sua eleição e não houve uma grande diferença entre a direita e a direita antipolítica quanto a defesa das posições do partido como aspecto mais relevante da atuação

parlamentar. O segundo resultado no qual a direita e a direita antipolítica não se diferenciaram tanto em relação a defesa da posição do partido também não era muito esperado pois de acordo com a literatura os espectros mais programáticos que se importam mais com o ativismo legislativo deveriam ter um foco maior na reputação partidária, divergindo da literatura.

Bibliografia

Alcántara M. (dir.) Proyecto Élités Latinoamericanas (PELA-USAL). Universidad de Salamanca (1994-2021).

Ames, Barry et. al. “Famintos por Pork: uma análise da demanda e oferta por políticas localistas e suas implicações para a representação política” In: Zucco Jr, Cesar. O congresso por ele mesmo: autopercepções da classe política brasileira. Editora UFMG, 2011.

Baião, Alexandre Lima, Cláudio Gonçalves Couto, and Ivan Chaves Jucá. “A execução das emendas orçamentárias individuais: papel de ministros, cargos de liderança e normas fiscais.” *Revista Brasileira de Ciência Política* (2018): 47-86.

BORGES, André; ALBALA, Adrian. (2021). A Crise Brasileira e os perigos do Semipresidencialismo. Texto preparado para o website Latino América 21. Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/latinoamerica21/2021/10/a-crise-brasileira-e-os-perigos-do-semipresidencialismo.shtml>

Borges, André e Vidigal, Robert. “Introdução”. In: *Para Entender a Nova Direita Brasileira: Polarização, populismo e antipetismo*. Porto Alegre: Editora Zouk (no prelo).

CARVALHO, N. R. D. (2003). E no Início eram as Bases: geografia política do voto e comportamento legislativo no Brasil. Rio de Janeiro: Revan. (Capítulo V Conexão Eleitoral e Mandatos Legislativos).

FIGUEIREDO, Argelina e LIMONGI, Fernando. Modelos de Legislativo: o Legislativo brasileiro em perspectiva comparada. *Plenarium*, ano 1, n.1, p. 41-56, 2004.

INÁCIO, Magna. Engajamento parlamentar no Brasil. In: POWER, T. J.; JR., C. Z. O

Congresso por ele mesmo: autopercepções da classe política brasileira. Belo Horizonte: UFMG, 2011. p. 165 - 205.

Kaltwasser, Cristóbal Rovira. “La derecha en América Latina y su lucha contra la adversidad.” *Nueva sociedad* 254 (2014): 34-45.

MAYHEW, D.R. Congress : the electoral connection, 2nd edn. New Haven, Conn.: Yale University Press, 2005. (Capítulo 1:The Electoral Incentive).

LIMONGI, Fernando; FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. A crise atual e o debate institucional. **Novos estudos CEBRAP**, v. 36, p. 79-97, 2017.

Pereira, Carlos, and Bernardo Mueller. “Partidos fracos na arena eleitoral e partidos fortes na arena legislativa: a conexão eleitoral no Brasil.” *Dados* 46 (2003): 735-771.

POWER, Timothy J.; RODRIGUES-SILVEIRA, Rodrigo. The Political Right and Party Politics. In: AMES, B. *Routledge Handbook of Brazilian Politics*. New York: Routledge, 2019. Cap. 14, p. 251 - 268.

Quadros MPR and Madeira RM. (2018) Fim da direita envergonhada? Atuação da bancada evangélica e da bancada da bala e os caminhos da representação do conservadorismo no Brasil. *Opinião Pública* 24: 486-522.

Rennó, Lucio. "Bolsonarismo e as eleições de 2022." *Estudos Avançados* 36 (2022): 147-163.

SANTOS, F.; TANSCHKEIT, T. Quando velhos atores saem de cena: a ascensão da nova direita política no Brasil. **Colombia internacional**, n. 99, p. 151-186, 2019.

TATAGIBA, L. Entre as ruas e as instituições: os protestos e o impeachment de Dilma Rousseff. *Lusotopie*, 17, n. 1, p. 112-135, 2018.

TATAGIBA, Luciana; GALVÃO, Andreia. Os protestos no Brasil em tempos de crise (2011-2016). **Opinião Pública**, v. 25, p. 63-96, 2019.